

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; GUTIERREZ, Gustavo Luiz. O lazer no Brasil: de Getúlio Vargas à globalização. São Paulo: Phorte, 2011.

Book Review: The Leisure in Brazil: Getulio Vargas to Globalisation

Eduardo Mosna Xavier, *Universidade de São Paulo – USP, São Paulo - Brasil*

RESUMO

Os Professores Marco Antonio Bettine de Almeida e Gustavo Luis Gutierrez realizam uma análise crítica e humana do Lazer no Brasil, num período onde esta prática foi popularizada de forma exponencial, qual seja, do início do Estado Novo até a atual e tão comentada Era da Globalização. Focado nos aspectos sociológicos, antropológicos e históricos, o lazer é dissecado em conformidade com a evolução da sociedade brasileira, tornando-se cada vez mais complexo na medida em que os Governos se modificam no País. Desta forma, é perceptível as potencialidades e benefícios do Lazer para a população, manifestadas em diversas Políticas Públicas e intervenções do Estado durante o transcurso dos momentos históricos contemplados pela obra

Palavras-Chave: Lazer; Estado Novo; Ditadura militar; Globalização

ABSTRACT

Professor's Marco Antonio de Almeida Bettine and Gustavo Luiz Gutierrez performs a critical analysis of the human and Leisure in Brazil during a period where this practice was popularized exponentially, ie, the beginning of the New State to the current and much-talked Era of Globalization. Focusing on the sociological, anthropological and historical recreation is dissected in accordance with the evolution of Brazilian society, roaring become increasingly more complex in that governments will change in the country this way, the potential is noticeable and beneficial leisure for the population, expressed in various public policies and government interventions over the course of historical moments for the work contemplated

Key-Words: Leisure, New State, Military Dictatorship, Globalisation.

Estudar o Lazer no Brasil, sobretudo nos últimos 70 anos, constitui um exercício de análise evolutiva de nossa própria história. Em sua Introdução, os autores ressaltam que o desenvolvimento do Lazer acontece em paralelo com o próprio desenvolvimento da Sociedade, com um ritmo e frequência peculiares. O crescimento do lúdico nas últimas décadas levou o Governo a pensar e desenvolver Políticas Públicas de promoção de Lazer como um volume e intensidade acelerado com o passar dos anos no referido período de nossa história. Desta forma, o Lazer se transformou numa complexa estrutura, justificada pela assunção de 03 princípios comuns em todos os anos estudados: o desenvolvimento urbano (acelerado no período Nacional Desenvolvimentista e ainda pujante nos dias atuais), a nacionalização da cultura (em decorrência do posicionamento da maior parte dos Governos do período estudado em criar, reforçar e valorizar uma identidade nacional) e o desencantamento do mundo (em virtude dos confrontos belicosos e crises mundiais tão presentes no transcorrer do século XX).

Durante o Nacional Desenvolvimentismo (período que os autores estenderam desde o do Estado Novo – 1932 até o início da ditadura Militar – 1964), as constantes e significativas transformações sociais e, principalmente, econômicas que impulsionaram aquela época. A pujança industrial e as reformas trabalhistas forma outros fatores importante que caracterizaram o momento histórico descrito no Capítulo 01, sobretudo aqueles fomentadas por seus mais emblemáticos Governantes: Getúlio Vargas (“*Plano Cohen*”) e de Juscelino Kubistchek. (“*50 anos em 05*”). Este cenário criou uma atmosfera otimista e, mais do que isto, excessivamente nacionalista, marcando as Políticas Públicas ligadas às Atividades Lúdicas.

No transcurso do Estado Novo multiplicaram-se as produções culturais (livros, revistas, programas de rádio, rádio-novela, entre outros), assistidas e vivenciadas nos escassos momentos de não trabalho. As políticas de valorização da Educação (com a participação de intelectuais e escritores nas principais Pastas Ministeriais do Governo) também indicam o caminho seguido pelo governo daquele período. Neste contexto, os canais midiáticos receberam uma significativa importância governamental, como a criação de companhias teatrais e a construção de salas para espetáculos, a valorização e expansão das novelas de rádio e o estopim inicial da produção nacional de cinema (com a participação de artistas brasileiros no exterior e com um fomento na produção nacional, com foco na comédia). A

criação da Divisão do Turismo (DIP) caracterizou o embrião de valorização de uma atividade de lazer que se popularizou nos períodos históricos posteriores do Brasil.

Já os governos posteriores à Vargas apresentaram um expressivo aumento no número de participantes manifestações culturais e populares. O Carnaval foi profissionalizado, extrapolando seu natural caráter lúdico para se tornar uma importante peça mercadológica, principalmente no aspecto comercial. Foram criadas novas companhias teatrais, impulsionou-se a realização de filmes que contavam com a típica rotina do brasileiro, além da criação da Televisão propiciar mais uma ferramenta de preenchimento do tempo livre das pessoas. Notadamente, o Governo de Juscelino Kubitschek, impulsionada pelo crescimento econômico, permitiu uma maior acessibilidade dos trabalhadores ao lazer, sobretudo para os Operários, que passaram a ter clubes específicos para seu meio, incluindo seus familiares.

A inversão da população do eixo urbano para o rural gerou conseqüências perceptíveis também nos tipos de lazer e de preenchimento do tempo livre. Desta forma, o lazer passa a ganhar corpo e contornos típicos de uma sociedade recém urbanizada. A música, através da assunção da “*Bossa Nova*”, reflete outra alteração cultural perceptível e característica do referido período. O aumento da classe média proporcionou o surgimento de parques públicos (como o “*Ibirapuera*” em São Paulo), para passeios familiares e prática de atividades físicas e lúdicas, sobretudo aos finais de semana. Além disto, esta classe também iniciou a adoção de comportamentos de preenchimento do tempo livre peculiares até os dias atuais, como as viagens ao litoral, ao interior ou á chácaras aos finais de semana. Desta forma, as práticas privadas começaram a concorrer diretamente com as intervenções públicas de lazer, aumentando exponencialmente a oferta de atividades.

O final do Período Nacional Desenvolvimentista marcou uma profunda efervescência cultural em nossa Nação, incorporando o chamado “*modernismo*” nos movimentos vinculados á esta atividade de lazer: os discursos nacionalistas exacerbados, a valorização do popular, a revolução estética e a busca do povo brasileiro (formação de um sentimento de coletivo de nacionalidade) são características deste lapso temporal de transição para o Regime Militar no Brasil. Reforçaram-se ainda mais a valorização do “*brasilianismo*” nas manifestações da cultura popular, principalmente em filmes (“*Eles não usam Black*

Tie”,entre outros), nas músicas (João Gilberto, Dorival Caymmi, etc.), nas peças teatrais e nas obras literárias, repudiando efusivamente as intervenções culturais e lúdicas estrangeiras.

Em contrapartida, o pujante surgimento dos Movimentos de “*Contra Cultura*” evocaram um paradoxo comum naquele momento histórico de transição, na tentativa de resgatar valores rurais e estrangeiros nas manifestações culturais, em prol de uma maior liberdade e universalização do lúdico. Esta antítese da cultura nacional desenvolvimentista (de valorização dos elementos nacionalistas) também ficou conhecida como “*Cultura Popular*”. O Grupo de Teatro “*Arena*” o Centro Popular de Cultura e o “*Cinema Novo*” (com os expressivos trabalhos de Glauber Rocha) são expoentes contra culturais que marcantes, além de marcar uma considerável revolução estética nas ações culturais praticadas em nosso território. Quando este movimento explorava a realidade brasileira em suas manifestações lúdicas, utilizava um olhar e enfoque diferente da visão “*hollywoodiana*” do Nacional Desenvolvimentismo, evidenciando as desigualdades e misérias existentes no Brasil.

O Capítulo 2 da obra aqui resenhada analisa o lazer praticado numa marcante época de nossa história recente. Durante os anos que caracterizaram a Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985), ocorrem avanços e retrocessos no desenvolvimento das atividades lúdicas em nossa Nação. Contando com o apoio norte americano e a instalação de um bipartidarismo nacional, a repressão e o governo de exceção são marcas significativas deste momento. O governo autoritário limitou imediatamente algumas formas de liberdade de expressão e de pensamento, como o Centro Popular de Cultura e a União Nacional dos Estudantes. Os meios de comunicação ultrapassaram sua finalidade de informação e lazer para se tornarem verdadeiras ferramentas de propaganda positiva do regime instalado. Desta forma, o esgotamento do impulso político, o refluxo do movimento de massas, a censura e a ausência dos canais de debate e o rápido desmonte cultural são pontos nevrálgicos que interferiram diretamente na sociedade da época.

Tais características da Ditadura marcaram o término do florescimento cultural e do movimento popular que simbolizaram o Nacional Desenvolvimentismo. Com o intuito de buscar a redemocratização, um grande número de grupos e de associações iniciaram uma perene, árdua e duradoura luta em prol do restabelecimento dos direitos cerceados (como a Aliança Nacional Libertadora), afastando o lúdico do tempo livre da população que,

preocupada com os rumos do país, isolava-se em suas residências nos momentos de folga do trabalho ou dos estudos receosos entre o conflito de militares x militantes que imperava durante a Ditadura.

Sob a óptica de manifestação cultural, um grande número de artistas utilizou a música e a poesia como artilharia de combate contra o Regime instituído. Apesar da ilegalidade, estas expressões culturais auxiliaram na construção e no forjamento de um sentimento de ansiedade nacional para o restabelecimento da Democracia: a poesia (através da linguagem metafórica e debochada conhecida como “*poesia marginal*”), o teatro e a música (com as letras marcadamente subversivas do tropicalismo ou metaforicamente combativas, como as do “*rock*” nacional – Raul Seixas, entre outros) foram os principais canais transmissores destes ideais. Apesar de alguns filmes (como o longa metragem “*Pixote*”) retratarem a realidade nacional, grande partes destas obras eram censuradas, não sendo retransmitidas à população em seus momentos livres (mais de 25.000 projetos não chegaram às telas de cinema). A maioria esmagadora das películas que passavam nas salas eram produzidas e copatrocinadas pelo próprio Governo Ditatorial que, para afastar a discussão política, apelava para temas amenos (como aqueles exibidos nas “*Pornochanchadas*” – temática marcante nas salas de cinema da Ditadura e principal foco da lei de obrigatoriedade, que determinava a exibição de películas nacionais na maioria das salas de projeção). Desta forma, o medo da população em realizar atividades ao ar livre nas ruas aliado à uma menor oferta cultural, geraram uma pobreza na oferta de lazer, característica marcante da Ditadura Militar no Brasil.

Não apenas o cinema foi alvo das intervenções do Governo na cultura e, de forma reflexa, no lazer do povo brasileiro. Diversas agências de intervenção (capitaneadas pela Agência Nacional de Informações – SNI) controlavam a produção cultural, como a produção e edição de periódicos e livros, as programações transmitidas na televisão e nos rádios, entre outras. Aliás, a popularização da mídia televisionada possibilitou a ocupação do tempo livre com programas que afastavam a discussão dos problemas políticos existentes (como os shows musicais materializados pelos famosos “*Festivals*”, os programas humorísticos, os esportes, a apresentação de bandas e as telenovelas - sucessos de público no período). A televisão, em franca expansão após a criação da primeira emissora (TV Tupi, em 1950), apresentou o auge de sua multiplicação e da consolidação como principal meio de comunicação durante a

Ditadura Militar. Além disto, a criação da remanescente Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) e a formação da Rede Globo (que trouxe os mais populares atores do teatro nacional para estrelarem as suas famosas novelas e minisséries, como Gianfrancesco Guarnieri, entre outros) foram marcas contundentes da importância que o governo do período dava a este meio de preenchimento do tempo ocioso.

A insistência do discurso político em suas obras teatrais levou o Regime Autocrático do período a tomarem medidas mais drásticas na área do teatro, caracterizadas não apenas com a invasão dos Teatros que fomentavam espetáculos de resistência (como aqueles realizados pelo Grupo “*Arena*”), mas também com a prisão, tortura e morte de alguns destes artistas. Cabe salientar o incremento nas artes audiovisuais no período, como forma de manifestação do poder autoritário vigente no incremento da Indústria Cultural, materializado na exploração comercial do Carnaval pela Ditadura, que subordinou as atividades desta festa popular ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), utilizando as ferramentas do Turismo e da televisão para a expansão desta festividade além das fronteiras nacionais, potencializando esta comemoração como verdadeiro retrato do estilo de vida do povo brasileiro.

As medidas econômicas tomadas pela Ditadura Militar escalonaram e dividiram as práticas de lazer na sociedade, que passaram a ser baseadas no poder aquisitivo do cidadão. A classe mais abastada (média e alta) realizava viagens aos finais de semana e a visita a espaços turísticos (ações de lazer fomentadas pela recém criada Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR com o apoio de investimentos estrangeiros, gerando a expansão dos pólos turísticos e todas suas estruturas adjacentes, como ampliação da frota de ônibus e aviões, melhoria nas condições das rodovias, entre outras) e programações culturais apoiadas pelo regime (ações lúdicas bem próximas àquelas praticadas nos principais países industrializados do mundo). Já a classe mais baixa obtinha na televisão (principalmente nas telenovelas) as principais programações para o preenchimento do seu tempo não produtivo, gerando aquilo que os autores denominaram de “*elitização do lazer*”.

Como último tópico abordado pela obra nas práticas de lazer durante a ditadura, o esporte recebeu uma atenção diferenciada pelo Governo. O programa “*Esporte para Todos*” (EPT) propunha a descoberta de atletas de alto nível para performances atléticas que reforçassem a imagem pujante do Brasil em competições no exterior, além de permitir a prática de esportes

para a maioria da população. O investimento foi direcionado para esportes coletivos de visibilidade, como o futebol, o vôlei e o basquete, modalidades já disseminadas culturalmente no país. A obrigatoriedade de Educação Física Escolar em 1971 foi mais um sintoma da forma como o Governo Ditatorial encarava o esporte: como um instrumento de controle social, formação disciplinar e respeito às diretrizes nacionais.

No terceiro e último capítulo da obra analisada, fica evidenciada a interferência da abertura das fronteiras no ramo das informações na prática de atividade de lazer e de ocupação do tempo livre. O fim da ditadura foi marcado por um lento processo de transição de Regime (do autoritário para o democrático), porém, sob o controle dos próprios militares, o que conduzia para a formação de um processo democrático naturalmente enviesado. Apenas no período pós Médici e que permitiu uma abertura para a realização de debates político-ideológicos (como a promulgação da “*Lei da Anistia*” em 1979, intercalados por momentos de uso esporádico do maquinário da censura e da repressão (como os famosos “*Caso da Lapa*”, da explosão da bomba do Rio Centro, entre outros e da destituição dos dirigentes grevistas da famosa paralisação fomentada pelos Sindicatos das Indústrias do ABC de São Paulo – capitaneadas pelo então metalúrgico Luis Inácio “*Lula*” da Silva). Apenas no final do Governo do General Figueiredo, com a ampliação e fortalecimento do Movimento “*Diretas Já*”, apoiado por vários Partidos Políticos recém criados, órgãos, instituições e associações públicas e privadas; o país alcançou a redemocratização. Entretanto, com a morte de Tancredo Neves e assunção de José Sarney, os militares ainda acompanhavam o processo político em tons de vigilância (pelo controle ainda exercido por este grupo ao Serviço Nacional de Informação – SNI).

O avanço dos índices inflacionários marcou decisivamente o Governo Sarney, que elaborou vários Planos com o intuito de tentar controlar este avanço. Tais medidas geraram resultados infrutíferos, acarretando não apenas a manutenção dos elevados índices, como também inúmeras greves, formando um verdadeiro cenário de recessão. A promulgação da Constituição Federal de 1988 abria uma nova perspectiva de vida para os brasileiros. As eleições presidenciais de 1989 expuseram um candidato vencedor com o típico perfil de sucesso, que almejava levar ao seu povo suas vitórias. Entretanto, as medidas políticas de Fernando Collor de Mello (apesar de momentaneamente frearem a inflação) aumentaram exponencialmente o índice de desempregos, além de reduzir o Produto Interno Bruto – PIB.

O chamado “*Plano Collor II*”, que visava combater a corrupção e cortar gastos públicos não teve tempo para colher resultados significativos: as denúncias de corrupção conduziram-no ao processo de impeachment, antecedido pela sua renúncia e pela assunção do vice, Itamar Franco. Este cenário econômico catastrófico diminuiu drasticamente os investimentos estatais no lazer, sobretudo na cultura, através da falta de medidas direcionadas ao teatro, ao cinema (de 87 produções em 1977, o Brasil teve apenas 02 filmes nacionais em 1992) e nos esportes.

Com a assunção do Presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC, em 1994, retomou-se algumas medidas estatais de incentivo à cultura nacional. Em 1996 já foram produzidos 23 filmes no Brasil (ação esta denominada de “*cinema de retomada*”). Este governo também foi marcado pela estabilização econômica proporcionada pela execução do “*Plano Real*”, pela convergência de diálogos com as minorias, pela utilização da livre iniciativa de mercado e pelas formações de macro espaços econômicos (como a Área de Livre Comércio entre as Américas – ALCA). Desta forma, o Brasil foi gradualmente se inserindo no chamado “*mundo globalizado*”, onde se diminuem as fronteiras entre os países e regiões pelo rápido e intenso fluxo de informações. Entretanto, o ideal neoliberal de diminuir a máquina estatal criou diversas controvérsias, sobretudo pelo excessivo número de privatizações de empresas subordinadas ao Governo para a iniciativa privada (através da implementação do Programa Nacional de Desestatização - PND).

Assim, a globalização imperou no retro citado governo, manifestando sua intensidade e magnitude, de forma contundente, nas práticas de lazer. Este cenário foi, ainda, formado pelo incremento massificado de investimentos do setor privado nas áreas lúdicas (que entraram em verdadeira competição com o setor público), acrescido do novo fomento à indústria cultural nacional. O citado fenômeno acabou enfraquecendo a supremacia dos poderes nacionais constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), colocando diversas questões numa órbita transnacional de discussão, enfraquecendo a anterior idéia de Estado Nacionalista, tão difundida pelo Regime Militar. Com o intuito de atenuar o conflito do público x privado na esfera de lazer, as organizações sociais tiveram um importante papel, não apenas na oferta de atividades lúdicas, mas na concepção de uma nova forma da sociedade se relacionar com diversos setores do seu cotidiano. Associações como entidades filantrópicas possibilitaram a entrada de um novo ator social regente nas ações e intervenções

de lazer. A criação do “*ciberespaço*” e a solidificação dos Direitos Humanos também acompanharam a evolução do pensamento globalizador no Brasil.

Com a participação ativa de diversas esferas da sociedade, o lazer passa a ter uma maior valorização, possibilitando o restabelecimento das relações sociais nas práticas lúdicas (doravante afastados pelo temor repressor da Ditadura Militar). Entretanto, a pluralidade de espaços ainda se limita à classe alta e média, visto que as classes mais baixas enfrentavam verdadeiros obstáculos de acessibilidade ao lazer, como a incontestável violência urbana, a falta de dinheiro e a oferta de atividades lúdicas em ambientes fechados, de pouco contato social (como os programas de televisão, o computador / internet, as redes sociais, entre outros), que afastam o sempre bem vindo contato social no preenchimento do tempo livre destas classes sociais – restava apenas a atividade física e as ações em parques públicos (muitas vezes mal conservados e aparelhados).

A popularização dos “shoppings” foi apenas mais um indicativo da exclusão social que o lazer contemporâneo instalou na sociedade brasileira. O poder aquisitivo tornou-se um fator decisivo para determinar o tipo de atividade a ser praticada fora das obrigações laborais e/ou educacionais da população brasileira (criando o que os autores denominaram de “*Brasil de Primeiro e Terceiro Mundo*”). Além disto, o contraste existente entre as metrópoles e as cidades menos populosas e mais distantes também evidenciava disparidades na oferta de lazer e de interações sociais, sobretudo em virtude da oferta de espaços x violência local. Apesar da retomada da produção cinematográfica nacional, a pujança das produções estrangeiras ainda dominavam o cenário nacional, desaquecendo a indústria cinematográfica territorial. As constantes oscilações sofridas no público de salas de cinemas desde o Estado Novo também são indicativos da variabilidade de Políticas Públicas de fomento desta área cultural no Brasil.

Os autores encerram seu livro enunciando a interferência da interatividade e do cenário virtual nas contemporâneas ofertas de lazer em nossa sociedade. Esta aproximação tecnológica permite uma modificação nas vivências de lazer, possibilitando formas de contato estabelecidas entre homem e máquina (como os museus virtuais, os jogos eletrônicos modernos, entre outros). Além disto, o mercado do lazer individualiza grupos específicos em busca de obter um maior lucro (cenário este evidenciado, principalmente, as ofertas de atividade física nas atuais academias de ginástica, com aulas extremamente específicas para a

necessidade e gosto de determinados clientes). A “*internet*” potencializou a multiplicação não apenas de troca de informações, mas nas formações de redes sociais onde o contato físico não é necessário para a formação de relações sociais. Assim, a sociedade atual se apresenta, nas palavras dos autores, como “*complexa, desigual e contraditória*”, com um rápido fluxo de informações aliado á um certo isolacionismo, com uma interferência cada vez maior do privado no estabelecimento de ofertas para o lazer.